



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Direito à cidade

**Pauperização, desemprego e informalidade: interfaces do capital e “possibilidades” de trabalho em materiais reciclados**

Jessika Naftali de Andrade da Silva <sup>1</sup>  
Teone Assunção <sup>2</sup>

**Resumo**

O texto que segue, é fruto de aproximações teóricas realizadas através de revisão de literatura no âmbito do projeto de Iniciação Científica, desenvolvido na Universidade Estadual do Paraná no decorrer do ano de 2023. O objetivo é refletir sobre a pauperização, desemprego e informalidade no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. As aproximações realizadas demonstraram que a classe trabalhadora, cada vez mais pauperizada encontram na reciclagem de materiais a estratégia para enfrentar o desemprego ou informalidade.

**Palavras-chave:** Pauperização; Desemprego; Informalidade; Reciclagem.

**Abstract**

The text that follows is the result of theoretical approaches carried out through a literature review within the scope of the Scientific Initiation project, developed at the State University of Paraná during the year 2023. The objective is to reflect on pauperization, unemployment and informality in the current stage of development of capitalism. The approaches made demonstrated that the working class, increasingly poor, finds the recycling of materials a strategy to face unemployment or informality.

**Keywords:** Pauperization; Unemployment; Informality; Recycling.

---

1 Acadêmica Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR Campus Paranavaí – naftalijessika@gmail.com

2 Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR Campus Paranavaí, Dra. em Serviço Social e Políticas Sociais pela UEL – teone.assuncao@unespar.edu.br



## 1 - INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista na fase atual em que se encontra, a fase neoliberal, vem cada vez mais se transformando aos interesses de sua própria reprodução, o trabalhador, fruto da interlocução capital/trabalho - dono apenas de sua força de trabalho - se vê, cada vez mais, a mercê da pauperização e da dificuldade de inserção no mundo do trabalho através de empregos formais. Esse cenário tem agravado o modo de vida da classe trabalhadora, e culminado na intensificação das expressões da questão social<sup>3</sup> bem como na maneira que as relações sociais nas áreas urbanas tem se configurado.

Assim, o presente texto busca a reflexão frente a pauperização, desemprego e informalidade no atual contexto do capital em sua fase neoliberal em que o crescimento da pobreza culmina no aumento dos trabalhadores desempregados, e que, buscam na reciclagem de materiais estratégia para enfrentar o desemprego ou informalidade. Todavia, ocupar-se através do trabalho reciclado, é apenas mais uma das formas de precarização do trabalho, tendo em vista que os catadores de reciclagem são classe trabalhadora, atingidos pelas expressões da questão social, necessitam de proteção social por parte do Estado, fez-se necessário a compreensão do aparato de medidas que garanta a seguridade trabalhista desses trabalhadores, já que o modo de exploração capitalista se colocado incontrolável no acúmulo de riquezas, com impactos no crescimento do pauperismo.

Para os devidos esclarecimentos, procuramos enquanto metodologia dividir em dois momento nossa discussão: num primeiro momento discorreremos sobre o processo histórico do pauperismo e suas nuances no capital neoliberal, e no segundo momento, buscou-se refletir como o desemprego e a informalidade, culminaram no aumento da informalidade dos trabalhadores catadores de reciclagem.

## 2 – DESENVOLVIMENTO

### Pauperismo e capitalismo neoliberal

O desenvolvimento capitalista promove cada vez mais a articulação com o crescimento da pobreza, tratada como “pauperismo”, que, a cada momento histórico é marcado pelo contexto de crise estrutural do capital e acirra ainda mais a relação capital e trabalho, seja

---

<sup>3</sup> Inerente ao capitalismo, a questão social é o conjunto de manifestações que definem as desigualdades existentes na sociedade, como a pobreza, violência, desemprego, dentre outros. Neste trabalho, aprofundamos o pensar crítico ao *pauperismo*, ou extrema pobreza, expresso enquanto uma de suas manifestações. Recomenda-se a leitura de *José Paulo Netto* “Cinco notas a propósito da “Questão Social”, contida no livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, 2011.



pelo desemprego ou informalidade. Nosso ponto de partida nessa reflexão, é a busca pelo entendimento de como as mudanças ocorridas no contexto do capital neoliberal tem atingido diretamente a classe trabalhadora de modo geral, e dificultado a inserção no mundo do trabalho, isto tem corroborado para o aumento do trabalho informal e pauperização. Vale, assim, retomar a historicidade de estruturação do pauperismo.

O termo “pauperismo” refere-se a péssimas condições de vida, significa pobreza demasiada, e foi identificado em modos de produção anteriores ao modo capitalista de produção, de forma que, ao resgatar a sua origem, observou-se que este se constitui, do emergir da problemática que se desenvolve na história da Europa Ocidental que experimenta a primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII conforme sinaliza (Netto, 2011), e nas relações sociais capitalistas atuais podemos observar que a acumulação desenfreada promove cada vez mais a barbárie social, e, transforma diariamente a forma de viver dos sujeitos.

Pode-se compreender, que a pauperização acompanhou, assim, junto a classe trabalhadora, a formação da própria sociedade capitalista, que com sua produção em abundância, viabilizada pelo contínuo desenvolvimento das forças produtivas, caminhou no sentido inverso ao da fruição da vida, como aponta Marx no Manifesto Comunista (1996). Ao contrário do que ocorria em outras formações sociais, na sociedade capitalista a miséria social não decorre da impossibilidade de produção de modo a suprir as necessidades da classe trabalhadora, decorre fundamentalmente das relações de exploração presente no modo de produção capitalista (Netto, 2011).

Ainda no Manifesto Comunista (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 1996), nos apresenta que desde as mais remotas épocas de toda história, a sociedade é pautada na história das lutas de classes. Esse antagonismo não foi diferente na era feudal, muito ao contrário, foi nesse período que se acirrou ainda mais as condições de opressão vivenciada pela sociedade da época. Toda etapa de evolução da burguesia foi acompanhada pelo desenvolvimento político que se estabeleceu no período manufatureiro como soberania exclusiva no Estado representativo moderno. A burguesia trouxe um ato revolucionário para a sociedade, rasgando o homem feudal de suas ilusões religiosas, política e econômicas, e instaurou uma exploração aberta, direta e reduziu as relações humanas em relações monetárias. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção nas mãos de poucos, centralizou a política na mão de um só governo, uma só lei, com base em um só interesse nacional: exploração do proletariado (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 1996). Baseado no antagonismo entre as classes - dominante e oprimida – mesmo que exista desenvolvimento capitalista, a classe trabalhadora cada vez mais se vê empurrada a condições paupérrimas.

Fruto da interlocução capital/trabalho, o trabalhador assalariado se destaca apenas como dono da sua força de trabalho, e ainda que seja necessário na produção crescente de



mercadorias, o uso da sua força de trabalho não equivale a extração que se dá no ciclo de produção de valor, de modo que o excedente, sempre, ficará a disposição do capitalista. Mas, como esse processo interfere na ascensão da pauperização desses trabalhadores? As instabilidades que se ascenderam no capitalismo tardio na fase neoliberal, acentuou a exploração desses trabalhadores, o deslocamento desses da zona rural para a zona urbana, e ainda, engendrou importantes núcleos de população não só instável e em situação de pobreza, mas também miserável do ponto de vista material e moral, dessa forma, vincula-se necessariamente ao aparecimento e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no mundo da política (Pastorini, 2010).

Levando em consideração o desdobramento do neoliberalismo, a pauperização no século XXI, enquanto uma das consequências predatórias promovida na atual fase, se assemelha ao mesmo pauperismo analisado por Marx no contexto europeu no século XVIII, em que fica evidente a pressão capitalista por mais extração de lucro possível da força de trabalho, sem qualquer barreira ética e numa velocidade desenfreada.

Essa demarcação, se manifestou de forma violenta nos últimos anos, se vincula a uma onda conservadora global demandada pelo próprio aparato de Estado capitalista, sob a supressão de direitos sociais e trabalhista que foram duramente conquistados ao longo da história. Se de um lado temos o número crescente de trabalhadores informais, desempregados, precarizados ao redor do mundo, de outro, temos a emergência frente a concorrência milionária pelo acúmulo do capital.

Tal processo nos remete, ao contexto brasileiro dos últimos 30 anos, após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a necessidade que se deu na formulação de políticas sociais que atendesse as mazelas das pessoas mais empobrecidas, porém, os resultados, em destaque ao governo Lula e início do governo Dilma (2003 - 2016), foram paliativos a ordem capitalista, já que o capital é um sistema incontrolável e a pobreza é inerente a ele, não é possível, portanto, a sua redução progressiva ou sua erradicação.

Nossa discussão reafirma o compromisso que se cabe pensar no antagonismo existente, se tratando do aumento dos trabalhadores catadores de reciclagem, no papel do Estado, frente ao próprio processo histórico que sempre teve embriado com a pobreza de forma generalizada, onde a propaganda capitalista incentiva o trabalho como meio de conquistar riquezas, porém, tem flexibilizado a proteção aos trabalhadores, e na defesa de manutenção e reprodução de superlucros, tem reduzido a geração de empregos dignos e contínuos. Assim, o que existe de fato são correlações de forças próprias do modo de produção capitalista, na falta de reconhecimento aos trabalhadores e na criação de medidas, públicas ou privadas, já que tais tem papel fundamental na questão da regulamentação acerca da coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, que possibilitem o acesso ao trabalho regulamentado e com garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.



Partindo da perspectiva materialista dialética, considerando que o consumo capitalista e o descarte representa uma questão estrutural na sociedade, buscaremos dialogar no segundo item sobre a atuação do Estado nas relações complexas existentes no mundo do trabalho, como o desemprego e a informalidade, que culminaram no crescimento dos trabalhadores que buscam na coleta de reciclagem a “possibilidade” de trabalho.

### **Desemprego e informalidade “possibilidade” de trabalho aos trabalhadores coletores de reciclagem**

Com base em toda contextualização realizada acima, pode-se observar que a classe trabalhadora tem vivenciado as consequências provocadas pelo modo com que o sistema capitalista foi se moldando ao longo dos tempos. A reorganização do mundo do trabalho é uma condição que se instaura no capitalismo neoliberal contemporâneo, e tem como pano de fundo o processo de reestruturação produtiva, que tem surtido efeitos negativos das mais adversas condições possíveis na classe trabalhadora. Dentre essas condições, uma parcela de trabalhadores desenvolve suas atividades laborativas de maneira precária e insalubre, constituindo uma das consoantes do neoliberalismo: o desemprego e a informalidade.

Desde o final do século XX, a partir da década de 1970, quando ocorre a crise estrutural ao modo de produção capitalista e a restauração econômica, política e ideológica, que promove o fim do estado de bem estar social nos países da Europa e Estados Unidos, o esgotamento do *fordismo*<sup>4</sup>, aliado as idéias de Keynes<sup>5</sup> que deu nome aos “anos gloriosos” que se estabeleceu ao redor do mundo, foi uma das consequências da referida crise. Nasce, assim, segundo Ricardo Antunes<sup>6</sup> (2022) uma “legislação social predatória”, novas inovações sociais, organizacionais e tecnológicas à produção capitalista, que elevou-se a substituição de trabalho vivo por trabalho morto<sup>7</sup>, trouxe um número expressivo para a classe trabalhadora, de desemprego, precarização do trabalho – reformas previdenciárias e trabalhistas - e informalidade.

Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização, expressa no trabalho precário, informal, temporário, etc. Se é possível dizer que a primeira tendência seria mais coerente e compatível com o

---

4 Criado por Henry Ford nos Estados Unidos, é um modelo produtivo desenhado para a indústria automobilística com o objetivo de aumentar a produtividade e, em contrapartida, diminuir os custos de produção.

5 Economista britânico, Keynes era membro do Partido Liberal e defendia que o Estado deveria intervir na economia sempre que for necessário. Tal intervenção tinha por objetivos evitar crises, desemprego em massa e aumento descontrolado da inflação, bem como garantir o crescimento econômico.

6 Professor titular de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

7 Para *Karl Marx* (1859), o trabalho humano é, antes de mais nada, atividade, movimento, sendo assim, o trabalho vivo é o trabalho humano, e trabalho morto, o trabalho de máquinas.



avanço tecnológico, a segunda tem sido uma constante no capitalismo dos nossos dias, dada a sua lógica destrutiva, o que mostra que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, que não é possível visualizar, nem mesmo num universo mais distante, a eliminação da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2022).

Ainda para Antunes (2022), a realidade que entrelaça o momento neoliberal, coloca a classe trabalhadora de maneira diversificada, heterogênea e fragmentada. Ele compreende que nesse contexto vai se incorporando a classe trabalhadora não apenas trabalhadores produtivos, que produzem diretamente a mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital, mas também os trabalhadores improdutivos, sendo aqueles que não participam diretamente do processo de valorização do capital e mais valia, todavia oferecem serviços que são utilizados tanto pelo capitalista, tanto por uso público. Denota assim, os assalariados do setor de serviços, o proletariado rural, o proletariado precarizado, terceirizados, da chamada “economia informal” (Antunes, 2022).

Essa totalidade de trabalhadores que foram se formando no séc XX, foi se constituindo a classe trabalhadora que temos nos dias atuais, quer estejam direta ou indiretamente subordinados ao capital, inseridos no mercado de trabalho formal ou informal, com acesso ou não a direitos trabalhistas, empregados ou desempregados, porém são sujeitos, de qualquer forma, às condições impostas pelo capitalismo global e suas consequências destrutivas sobre o conjunto dos trabalhadores.

Tais contradições, que foram se aprofundando ao próprio capitalismo global, teve suas configurações, frente a precarização na garantia de trabalho formal, a coleta de materiais reciclados surge como estratégia de sobrevivência desses trabalhadores, no intuito de “disfarçamento” a inserção no exército industrial de reserva<sup>8</sup>. Sobre esses trabalhadores, que esperam por uma nova oportunidade de trabalho, Marx coloca que o crescente número de desempregados, é fundamental para o processo de manutenção e reprodução do capital.

A população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação de riqueza com base no capitalismo, complementando, ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele tivesse criado a sua própria casa (Marx, 1985).

A vulnerabilidade e as inseguranças que perpassam pela classe trabalhadora, fomenta, nos dias atuais, o processo da informalidade, do trabalho flexível, sem garantias trabalhistas, e que acaba por rebaixar o trabalhador na perda de identidade coletiva e exclusão. Essa perda de identidade, minada pela falta de vínculo nas relações de trabalho,

---

<sup>8</sup> Segundo Karl Marx em “A Crítica da Economia Política” (1859), o exército industrial de reserva refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalistas, corresponde a força de trabalho que excede as necessidades da produção, para garantir o processo de acumulação do capital.



assim como o enraizamento das expressões da questão social, como o pauperismo, nos leva ao questionamento da normalidade da classe trabalhadora, como fatos dados, onde o neoliberalismo denota a “ilusória dialética de um futuro melhor, sem trazer a consciência do real fenômeno que embasa toda a estrutura capital/trabalho” (Pastorini, 2010).

A concepção de mundo que vai se configurando é apenas da falta, da necessidade, da carência. Porém, as demandas sociais que surgem a partir da situação popular, podem envolver a falta de escolarização e qualificação, a concorrência e dificuldades no alcance de postos de trabalho, uma urbanização crescente que evidencia os mais diferentes problemas associados à infraestrutura urbana, violência, entre outros fatores, tudo isso aponta para que determinadas frações da classe trabalhadora otimize a busca de soluções para seus atuais problemas, já que o capitalismo se beneficia da “normalização” dessas mazelas, como citamos acima, as diferenças sociais, com o discurso da existência do rico e pobre, dominado e dominante, é algo ‘normal’ e apenas consequência do insucesso e incapacidade do indivíduo, no caso a classe trabalhadora.

Quando se coloca a questão dos trabalhadores na coleta de reciclagem e suas demandas, a necessidade da adoção de novas medidas de intervenção se constitui um equívoco enorme dentro da própria classe trabalhadora, custeado pela classe dominante: a divisão de individualidades nas demandas solicitadas ao Estado. Ou seja, as lutas sociais não são unânimes a todos da classe, e sim, cada um demarca direitos diferentes, sem reconhecer que todos, não apenas um grupo, estão fadados a submissão do capital. Dificulta-se, assim, cada vez mais, as conquistas da luta de classe, que passa a perder legitimidade, fomentando, sim, a naturalização das desigualdades sociais, em ênfase na pauperização, que contribui para que a acumulação do capital se perpetue.

Essas nuances vão se demarcando cheias de significados e muito bem articulados na atual fase neoliberal do capitalismo, através de correlações de forças próprias que não se pode afirmar que seja a falta de reconhecimento aos trabalhadores ou falta de “vontade política” de um Governo ou de outro. Nesse bojo, o que se encontra são questões estruturais próprias da sociedade capitalista que em essência, promove condições de exploração da classe trabalhadora. Longe de ser apenas uma sociedade doente de recursos, frágil no acesso aos direitos básicos de sobrevivência, ou carente de valores que possibilitem o desenvolvimento da classe trabalhadora para que possa superar sua própria condição.

Nesse sentido, cabe elucidar que a sobrevivência da humanidade, nunca esteve garantida no sistema capitalista, pois em sua historicidade dialética, pautada ora de progressos, ora retrocessos, ela se expressa unicamente pelas manifestações no antagonismo das classes, em síntese, não existe espaço para garantias, apenas sua reprodução e suas múltiplas facetas. Facetas essas, atestadas com os movimentos reivindicatórios que fizeram parte da sociedade, mas, que, ao longo da história mesmo com



as grandes revoluções existentes, principalmente da classe operária<sup>9</sup>, descrita por Friedrich Engels em '*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*' (1845), ainda é possível perceber a necessidade de mobilização da classe, em enfatizar direitos que embasam a todos, e não a segmentação das demandas.

Deste modo, o material reciclado que é a base de sustentação para esses trabalhadores, não representa apenas um problema ambiental, mas também evidencia um problema social, pois com base no sistema contraditório capitalista, ele se transforma em uma oportunidade e muitos daqueles que não tem emprego, nem condições de subsidiar sua família, encontram nele, possibilidades de sobrevivência, mesmo que de forma precária e subumana.

Na medida em que os materiais são coletados, se constitui em matéria – prima para a produção de novas mercadorias, essa relação, fomentada pelo Estado, contribui para os altos índices de desemprego, pois agrega a ideia de autonomia aos trabalhadores, todavia, essa flexibilidade trabalhista nada mais é do que o resultado das nuances que foram se moldando na totalidade do capital, em suma, neoliberal.

Assim, a reciclagem é necessária para que o capital tenha garantido o lucro, já que, a exploração desses trabalhadores corrobora, na sociedade do consumo, seu papel social fundamental acerca da separação do lixo, contribui aos interesses econômicos das grandes empresas. Neste sentido, o discurso em favor da contribuição ao meio ambiente perde a relevância, já que há uma priorização na manutenção e reprodução do capital.

A forma de desenvolvimento que nos entrelaça no atual cenário, nos resguarda o questionamento da forma de vida do trabalhador bem como a garantia da qualidade de vida plena que esses sujeitos tem recebido por parte do Estado.

### **3 - RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Através das especificidades, do nosso retorno, ao processo histórico da pauperização, ao qual trouxemos aqui brevemente, foi possível concluir as contradições existentes no modo de produção capitalista. Nota-se que, através das disparidades das políticas de empregos atuais, orientadas pelo capital neoliberal, corrobora na ampliação do desemprego, do trabalho informal e das expressões da questão social da classe trabalhadora.

Isto, nos leva a crer que, o aumento de trabalhadores na coleta de materiais recicláveis, tem dificultado a busca por soluções que culminassem na estabilidade de melhores condições de vida. O que se faz é a necessidade emergencial que caberia ao Estado

---

<sup>9</sup> Podemos pontuar aqui, alusão ao Movimento Operário da Inglaterra, que se deu no transcurso do século XVIII, sob reação das expressões da questão social que assolou os trabalhadores na ascensão do capitalismo monopolista.



fomentar medidas que no mínimo, possibilitassem a garantia de direitos a classe trabalhadora, com vistas, que a forma que tem se feito, frente as demandas sociais existentes, de nada se diferem da irreversão do quadro social vigente.

Ou seja, um projeto que busque não apenas a diminuição da pobreza, mas que culmine a diminuição da própria desigualdade social, questão a nosso ver, impossível neste modo de produção. Já que a busca que se tem, é a busca pelo consumo extrapolado, sem limites, o qual possibilita a dinâmica do sistema capitalista em sua estrutura, as mazelas paupérrimas são essenciais para a produção e reprodução do capital.

A compreensão nos remete como o processo de exploração do modo capitalista de produção, tem se colocado como um sistema incontrolável na acumulação de riquezas, e seus equivalentes, cada vez mais, além das suas próprias necessidades básicas.

Desse modo, o trabalho na coleta de materiais recicláveis nada mais é do que exploração da força de trabalho, isto é, relações sociais que se entrelaçam e consolidam cada vez mais a “naturalização” da desigualdade social. Neste caso, através do desemprego e a informalidade, que são fatores embricados ao pauperismo, necessário a ordem do capital.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Karina da Silva; OLIVEIRA, Amanda Modesto de. Estado, Capitalismo e questão ambiental: interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis. *In: II Semana de Economia Política Luta de Classes e Opressões: uma homenagem a Rosa Luxemburgo*. Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://semanaecopol.wordpress.com/anais-ii-sep/>. Acesso em: 15 de mar. 2024.

AMARO DE MELO, Josimery; VITAL SOUTO, Jackson. Interfaces no trabalho dos catadores de materias recicláveis: relações complexas com o Estado e o Capital. **Temporalis**, Brasília – DF, v.11, n. 21, p.49-70, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/199>. Acesso em 15 de mar. 2024.

ANTUNES, Ricardo. A centralidade do trabalho hoje. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 281–294, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44124>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CARNEIRO DE OLIVEIRA, Karine; DUARTE CAVAINAC, Mônica. Desemprego, informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. SEMINÁRIO CETROS - Crise e mundo do trabalho no Brasil, 6., 2018, Fortaleza. **Anais VI Seminário CETROS - Crise e Mundo do Trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora**. Fortaleza – CE: 2018. Disponível em: 425-51347-14072018-185256.pdf. Acesso em: 06 de mar. 2024.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Do Neoliberalismo de cooptação ao Ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. *In: Esquerda Online*, Rio de Janeiro, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/colunistas/juliana-fiuza-cislaghi/>. Acesso em: 17 de mar. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B.A. Schumann. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.



MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo, SP: Abril Cultura, 1982.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. R. Barbosa e F. R. Kothe. 2. ed. São Paulo, SP : Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “questão social” em debate**. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

RODRIGUES SILVA, Andrea Alice *et al.* Neoliberalismo e seus impactos no mundo do trabalho: transformações e desafios frente a informalidade. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, p. 227-236, 2017. Disponível em: [tps://doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp227-236](https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp227-236). Acesso em 13 de mar. 2024.